

RELATÓRIO e CONTAS 2013

Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa



RIA FORMOSA
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

Abril 2013

SHY
J.
N



**POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO
E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S.A.**

Relatório e Contas 2013

Índice

I. Relatório de Gestão

1. Introdução	5
2. Governo da Sociedade.....	8
2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade.....	8
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita	9
2.3. Outras transações	10
2.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais.....	11
2.5. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental.....	12
2.6. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo.....	19
2.7. Código de Ética	19
2.8. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses	19
2.9. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1, da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.....	20
3. Cumprimento das Orientações Legais	21
3.1. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 38.º, do DL 133/2013, de 3 de outubro	21
3.2. Gestão de Risco Financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril.....	21
3.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores.....	25
3.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2012	26
3.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	27
3.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos	32
3.7. Contratação Pública.....	32
3.8. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 66-A/2012, ao nível da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado	33
3.9. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2013.....	33
3.10. Cumprimento do previsto no Art. 124.º da Lei n.º 66-B/2012, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	34

3.11. Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado	35
3.12. Divulgação de informação no portal da empresa e no portal do SEE	35
3.13. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 832-DGTF de 14 de fevereiro de 2014.....	36
4. Estrutura Acionista.....	38
5. Atividade Desenvolvida em 2013	39
5.1. Funcionamento da Sociedade.....	39
5.2. Investimento e Financiamento	39
5.3. Ações desenvolvidas.....	39
6. Orçamento.....	42
6.1. Despesa Realizada	42
6.2. Financiamento Recebido.....	43
6.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário.....	46
7. Análise Económica e Financeira.....	60
7.1. Balanço	60
8. Proposta de Aplicação de Resultados	61
9. Informação Complementar	62
9.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	62
9.2. Outras Obrigações Legais.....	62
9.3. Referências	62

II. Práticas de Boa Governação Societária – Grelha de Validação

III. Demonstrações Financeiras

III.1 - Balanço

III.2 - Demonstração dos Resultados

III.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

III.4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

III.5 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

VI. Certificação Legal das Contas

V. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Esty
f
N

I.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Sty
f.
h

1. Introdução

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivo:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas, de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, a Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (doravante designada por Polis Litoral Ria Formosa), sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o quadro estratégico da intervenção, elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua atividade em 7 de julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de setembro destinada a aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2008.

544
J.
W

Em 24 de julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Acionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2009.

Em 3 de dezembro de 2010 foi realizada a 4ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2009, o Plano de Atividades e Orçamento para 2010 e o Plano Estratégico.

Nesta mesma Assembleia Geral, foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade, do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, em substituição do Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d), do nº 3, do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 02 de fevereiro de 2012 foi realizada a 5ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2010.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 28 de dezembro de 2012 foi realizada a 6ª Assembleia Geral, onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011 e a alteração do prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1, do artigo 3.º dos Estatutos, para 31 de dezembro de 2014.

Nesta mesma Assembleia Geral, foram propostas e aprovadas, com a abstenção do representante do Município de Olhão, as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da Sociedade, com a eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, do Senhor Engenheiro Manuel Augusto Ruano Lacerda, em substituição da Senhora Engenheira Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, e do Vogal do Conselho de Administração da Sociedade, do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Senhor Doutor Sebastião Francisco Seruca Emídio, em substituição do Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d), do nº 3, do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

À semelhança das anteriores, nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Posteriormente ocorreu, em 17 de junho de 2013, uma Deliberação Social Unânime por Escrito, autorizando a realização dos investimentos da Ação de Intervenção e Requalificação dos Ilhotes e Ilha Deserta e da Ação de

Requalificação do Acesso Viário às Quatro Águas, esta última condicionada à realização da parcela de financiamento respeitante à Câmara Municipal de Tavira.

Em 24 de outubro de 2013, através de uma nova Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, o Senhor Doutor Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira, em substituição do Senhor Engenheiro Manuel Augusto Ruano Lacerda.

Entretanto, em 30 de dezembro de 2013, através da Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade o Senhor Doutor Vítor Manuel Gonçalves Aleixo, em substituição do Senhor Doutor Sebastião Francisco Seruca Emídio.

Set
F
V

2. Governo da Sociedade

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Dando seguimento às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2013”, constantes do Ofício Circular n.º 832 da DGTF de 14 de fevereiro de 2014, foi produzido o correspondente Relatório de Governo Societário, o qual acompanhará o presente Relatório de Gestão. No Anexo II encontra-se a grelha de validação referente às Práticas de Boa Governação Societária, adotadas pela empresa em 2013, solicitada pela DGTF em complemento ao Ofício Circular anteriormente referido.

2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade

A Missão da Polis Litoral Ria Formosa é levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização ambiental e urbana na Área de Intervenção do Plano Estratégico, nomeadamente:

- A realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, o que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira, visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais desta faixa litoral, a requalificação e valorização dos pequenos aglomerados costeiros, a valorização dos núcleos piscatórios e a promoção da mobilidade sustentável, a valorização de espaços para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.
- A dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objetivos:

- Integrar um conjunto de projetos/ações concordantes com as orientações estratégicas setoriais e territoriais definidas para a Região do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Materializar uma operação integrada, quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia supra municipal e intersetorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;



- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objetivos — *Valorizar o património, qualificar o território e dinamizar a sua vivência.*

Os objetivos descritos têm vindo a ser cumpridos, tendo em conta o desenvolvimento plurianual da Intervenção.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão, tem desenvolvido a sua atividade prosseguindo as seguintes políticas e orientações estratégicas:

- Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos Acionistas;
- Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente garantindo os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade;
- Melhoria da gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental;
- Informação e divulgação das atividades de acordo com a legislação e outras orientações dos Acionistas.

2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes.

A atividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque EXPO 98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

A Polis Litoral Ria Formosa está ainda sujeita aos seguintes regulamentos internos e externos:

Regulamento Internos

- Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei nº 92/2008 de 3 de junho);

Regulamentos Externos

Esty
f.
W

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho: "Aprova a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado "Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira";
- Decreto-Lei N.º 92/2008, de 03 de junho: "Constitui e define a finalidade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., que tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.";
- Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 133//2013, de 03 de outubro: Estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Definindo os princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei e os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.
- Normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais;
- Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro: "Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.";
- Código de Expropriações – Lei N.º 56/2008, de 4 de setembro: "Aprova o Código das Expropriações que regula todo o procedimento expropriativo.";
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Planos Especiais de Ordenamento do Território: Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Sto. António e Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa;
- Planos setoriais de Ordenamento do Território: Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Planos Regionais: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
- Planos Municipais: Planos Diretores Municipais dos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Loulé e Vila Real de Sto. António.

2.3. Outras transações

As transações efetuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

SAZ
7
N

Em 2013 não foram realizadas transações fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos, com valor que seja superior a um milhão de euros.

2.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O modelo de governo adotado pela Polis Litoral Ria Formosa é o clássico, composto pelos seus Órgãos Sociais - Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único - de acordo com o previsto nos Estatutos da Sociedade. Os Órgãos Sociais, que a seguir se enunciam, foram eleitos para o triénio 2012-2014, tendo em conta as alterações ocorridas em 2013:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: João Pinto Guerreiro
- Secretário: José Norberto Correia Apolónia

A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos Acionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

- Presidente: Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira, após 24 de outubro de 2013;
- Presidente: Manuel Augusto Ruano Lacerda, até 24 de outubro de 2013;
- Vogal (1): João Manuel da Silva Alves
- Vogal (2): Vitor Manuel Gonçalves Aleixo, após 30 de dezembro de 2013;
- Vogal (2): Sebastião Francisco Seruca Emídio, até 30 de dezembro de 2013.

Ao Conselho de Administração compete a gestão da atividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos.

O Conselho de Administração da Polis Litoral Ria Formosa não atribuiu funções e responsabilidades específicas aos seus membros.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Fiscal Único:

- Efetivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro.
- Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não recorre a serviços de Auditoria Externa.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:

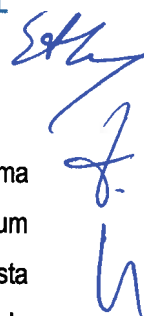
Conselho Consultivo:

- > ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (que preside);
- > APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
- > TP - Turismo de Portugal, I.P.;
- > IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- > IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.;
- > CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- > Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- > Município de Vila Real de Santo António;
- > Águas do Algarve, S.A.

2.5. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental**2.5.1. Estratégias adotadas**

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.



A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa atividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e setorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das atividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- ✓ A primeira, que agrega os projetos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas, fundamentais para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — zona costeira preservada.
- ✓ A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — zona costeira vivida.
- ✓ A terceira e última, que agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como fator de competitividade — zona costeira de recursos, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objetivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as ações/projetos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de ações/projetos a considerar, quer para a prossecução dos objetivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objetivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respetivo plano regional.

Est
F.
h

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de "Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável".

- > Proteção e requalificação da zona costeira, visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve, de "Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo".

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Fator de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve, de "Robustecer e qualificar a economia" e "Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer".

- > Valorização de atividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos "espaços-ria" para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural.

2.5.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2013, foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

2.5.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de ações estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.





2.5.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Intervenção

Os principais problemas atualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) A subscrição do Capital Social pelos Acionistas Câmaras;
- iii) A obtenção da contrapartida nacional do financiamento em alguns projetos;
- iv) Garantia de obtenção da totalidade do Financiamento Comunitário, tal como previsto no Plano Estratégico.

2.5.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

❖ Responsabilidade Social

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da Sociedade, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adoção de práticas ambientalmente corretas**

Um fator preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objetivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção da Polis Litoral Ria Formosa.

Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

Apesar da introdução de restrições orçamentais e da redução de colaboradores, a Sociedade procurou manter as ações de comunicação que visam manter a população atualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das ações da Polis Litoral Ria Formosa, seus projetos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo ações diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objetivos finais da intervenção.

Os projetos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atratividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2013, esta Sociedade continuou a implementar as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projetos, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projetos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projetos de Conceção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objetivo fornecer orientações metodológicas específicas para o desenvolvimento dos projetos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;
- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efetivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;

Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram mantidas as seguintes medidas:

- > Apetrechamento da Sede da Sociedade com sistemas de iluminação e de climatização modernos e eficientes;

- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;
- > Adoção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel, a utilização de papel reciclado e a impressão frente e verso.

❖ **Desenvolvimento sustentável**

- **Criação de valor para os Acionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na Intervenção a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

- **Promoção da proteção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas atividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

O assegurar da substituição do apoio administrativo, em licença de maternidade, não significou qualquer reforço do quadro de pessoal da Sociedade em 2013, no entanto, a política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa continuará a basear-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

❖ **Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**

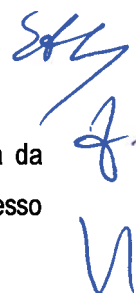
A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua atividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas ações, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de proteção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo

SAZ
J
U

avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do território abrangido, numa ótica sustentável de valorização e prevenção do risco;

- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;
- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas, com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas;
- > Ações de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo à sociedade usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infraestruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;
- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao setor primário;
- > Criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural;
- > Criação de estruturas de apoio a atividades de descoberta da natureza
- > Criação de locais próprios para o estacionamento e estadia de autocaravanas, que sejam mais favoráveis do ponto de vista ambiental mas igualmente favorecidos do ponto de vista da sua atratividade.
- > Criação de um equipamento de referência, âncora fundamental de um novo relacionamento entre a comunidade e o Parque Natural que, além de poder albergar instalações administrativas ou de investigação associadas ao Parque Natural/ICNF, incluirá um centro de interpretação e monitorização dos ecossistemas.



- 2.5.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Sociedade, designadamente pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

Na fase de concurso e no desenvolvimento dos estudos e projetos optou-se sempre pelas soluções mais adequadas para a Sociedade, tendo sempre em vista as boas práticas ambientais, a investigação, a inovação, o desenvolvimento e a integração de novas tecnologias no processo produtivo.

- 2.5.7. Plano de ação para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa limita a sua atuação pela prossecução do Plano Estratégico da Intervenção.

2.6. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a ótica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do setor empresarial do Estado, enunciados no DL 133/2013, de 3 de outubro, estes são na sua generalidade cumpridos direta ou indiretamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO.

A atividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus Acionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção.

2.7. Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa, aprovado pelo Conselho de Administração, visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa encontra-se divulgado a todas as partes interessadas através do site da Sociedade www.polislitoralriiformosa.pt.

2.8. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre

assuntos em que tenham, direta ou indiretamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua atividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, direta ou indiretamente, organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco, afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objetivo e transparente.

2.9. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1, da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.

A Polis Litoral Ria Formosa tem como órgãos sociais um Conselho de Administração, uma Assembleia Geral e um Fiscal Único, terminantemente nomeados pelos Acionistas, estando esta informação divulgada no sítio na internet do SEE.

Muito embora o carácter específico desta Sociedade que, para além dos elementos que constituem os Órgãos Sociais, tem dois funcionários, em matéria de políticas de recursos humanos e promoção da igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, é praticado o princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão do género, de ascendência, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual. Este princípio é aplicado ao atual quadro de pessoal, que é constituído por uma mulher e um homem.



3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 38.º, do DL 133/2013, de 3 de outubro

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu ao cumprimento de todas as orientações estratégicas destinadas ao Setor Empresarial do Estado, a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, o Despacho 14277/2008-MFAP, de 23 de maio, o Despacho 9870/2009, de 13 de abril, o Despacho 20406/2009-MFAP, de 10 de setembro e o Despacho 1315/2010-SETF, de 15 de novembro.

3.2. Gestão de Risco Financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de Euros, para o qual foram desde logo, em sede de criação da Sociedade, previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se, em alguns dos pontos deste capítulo, os aspetos julgados relevantes.

3.2.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

O sistema de gestão de risco financeiro existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: i) a proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e Municípios); ii) a estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis da Sociedade.

➤ Diversificação de instrumentos de financiamento

O plano de financiamento do investimento da Polis Litoral Ria Formosa está previamente definido e tem por base o Capital Social e Financiamento Comunitário.

➤ Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2013, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa não recorreu ao financiamento bancário durante este ano.

➤ Diversificação de entidades credoras

Atualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua seleção resulta de processos de contratação pública que seguem as normas legalmente em vigor.

➤ Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas, os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

3.2.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico, mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

➤ Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

➤ Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

➤ Minimização da prestação de garantias reais

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.

➤ Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)

Não aplicável.

3.2.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

➤ Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais

Não aplicável.

- Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito
Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes, por um lado, a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado, o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.
- Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento
Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários.

3.2.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

- Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro
Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente, que não recorre a endividamento, entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente.

3.2.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira

A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de "swap".

3.2.6. Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				Ponto 3.2.1. do R C
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				Ponto 3.2.2. do R C
Consolidação do passivo remunerado: transformação do passivo de Curto em Médio / Longo prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				Ponto 3.2.3. do R C
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Financiamento Comunitário e de Capitais Próprios			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
Inclusão nos R&C				Ponto 3.2.4. do R C
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	Ponto 3.2.5. do R C

Legenda:

FC – Fundos Comunitários CP – Capital Próprio S – Sim N – Não N.A. – Não Aplicável

3.2.7. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2012, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Não se registaram nem está previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	---	---	---	---	---
Taxa Média de Financiamento (%)	---	---	---	---	---

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente	---	---	---	---
Financiamentos obtidos	---	---	---	---
Passivo corrente	---	---	---	---
Financiamentos obtidos	---	---	---	---
Total Passivo Remunerado	---	---	---	---

SKZ
f.
u

3.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 29 dias.

Prazo médio de pagamentos fornecedores nos termos da RCM 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009 e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no DL n.º 65-A/2011, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2013				2012				Var. (%) 4.ºT 2013 / 4.ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo	35	40	25	17	58	34	36	25	68 %

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.º 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aq. de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

A Polis Litoral Ria Formosa não possui qualquer pagamento em atraso, de acordo com a definição constante do Artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de maio, em que «Atraso no pagamento», significa o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Assim, apesar de à data existirem faturas dos seguintes prestadores de serviços, estas não se encontram com atraso no seu pagamento, pelo que o quadro apresenta-se sem qualquer preenchimento.

Entidade	Valor	Pagamentos em atraso				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
FINLOG	467,76 €	---	---	---	---	---
SULCAMPO	223,36 €	---	---	---	---	---

Entidade	Valor	Pagamentos em atraso				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
OPTIMUS	190,28 €	---	---	---	---	---
NCC FACILITY SERVICES	360,39 €	---	---	---	---	---
SPAST	76,26 €	---	---	---	---	---
ALGARDATA	332,10 €	---	---	---	---	---
A. MASCOTE	2.324,70 €	---	---	---	---	---
PK SEGUR	13.018,32 €	---	---	---	---	---
PAPELARIA & LIVRARIA SAGRES	1.596,76 €	---	---	---	---	---
XEROX	444,92 €	---	---	---	---	---
DFK	2.829,00 €	---	---	---	---	---
NATA DESIGN	184,50 €	---	---	---	---	---
SITE PLAN	1.995,68 €	---	---	---	---	---
PARQUE EXPO	46.069,92 €	---	---	---	---	---
OLIVEIRAS	360.685,90 €	---	---	---	---	---
LHT	5.350,50 €	---	---	---	---	---
CINCLUS PROJECT MANAGEMENT	16.379,92€	---	---	---	---	---

3.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2012

A última reunião da Assembleia Geral foi realizada em 28 de dezembro de 2012, pelo que o R&C de 2012 ainda não se encontra aprovado, no entanto têm sido tomadas em conta as anteriores orientações do Acionista Estado, constantes:

- i.) Da Ata da Assembleia Geral (AG) da Sociedade de 03.12.2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- ii.) Do ponto 6, do Despacho de 28 de abril de 2011, do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da AG da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de valor superior a 5% do Capital Social (ou seja, superior a 1,125M€, no caso da Polis Litoral Ria Formosa), independentemente dos mesmos estarem previstos nos respetivos orçamentos ou planos já aprovados pelo acionista Estado.

Pelo que, a Polis Litoral Ria Formosa tem dado cumprimento integral às recomendações efetuadas.

3.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não têm remuneração fixa mensal. Refere-se, contudo, que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram em 2013 o constante nos quadros seguintes.

Remunerações e outras regalias (valores anuais em euros)

Mesa Assembleia Geral

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€)(1)	Remuneração Anual em 2013 (€)		
				Bruta (2)	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012 – 2014	Presidente	João Pinto Guerreiro	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2012 – 2014	Secretário	José Norberto Correia Apolónia	250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Legenda: (1) valor da senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Conforme referido anteriormente, não se realizou em 2013 qualquer reunião da Assembleia Geral pelo que os Membros da Mesa da Assembleia Geral não auferiram qualquer remuneração durante esse ano.

Conselho de Administração

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc (1)	Data
2013 – 2014	Presidente	Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	DUE	24-10-2013
2012 – 2013	Presidente	Manuel Augusto Ruano Lacerda	AG	28-12-2012
2008 – 2014	Vogal (1)	João Manuel da Silva Alves	AG	07-07-2008
2013 – 2014	Vogal (2)	Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	DUE	30-12-2013
2012 – 2013	Vogal (2)	Sebastião Francisco Seruca Emídio	AG	28-12-2012

Legenda: (1) indicar resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Durante o ano de 2013, verificou-se a substituição do Presidente e de um dos Vogais do Conselho de Administração da Sociedade.

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)		[identifica/n.a.]	[O/D]
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emídio	---	---	---	---	---	---

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D – Origem/Destino

Durante o ano de 2013, verificou-se a substituição do Presidente e de um dos Vogais do Conselho de Administração da Sociedade.

Nome	Remuneração Anual em 2013 (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após Reduções
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	1.000,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	900,00 €
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	3.500,00 €	175,00 €	175,00 €	0,00 €	3.150,00 €
João Manuel da Silva Alves	---	---	3.600,00 €	180,00 €	180,00 €	0,00 €	3.240,00 €
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---	---	---	---	---

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Os Vogais Presidentes de Câmara, em 2013, não auferiram remuneração através de Senhas de Presença.

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---	---	---	---	---	---

Esta Sociedade, não suporta quaisquer destes encargos com o Conselho de Administração.

Nome	Acumulação de Funções – Valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
	[Identificar]	[Identificar]	[Público / Privado]	[€]	[€]	[€]
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---	---	---	---

Nota: No caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal definido	Valos Anual	Observações
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---

Esta Sociedade, em 2013, não suportou quaisquer destes encargos com o Conselho de Administração.

Nome	Plafond Mensal definido	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---	---	---	---

Não atribuindo viaturas ao Conselho de Administração, esta Sociedade não suporta estes encargos.

Encargos com Viaturas								
Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano início	Ano termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]				[€]	[€]
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Legenda: (1) aquisição, ALD, Leasing ou outra

Esta Sociedade, não atribui viaturas aos membros do Conselho de Administração.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]		[€]	[€]
Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira	---	---	---	---	---	---
Manuel Augusto Ruano Lacerda	---	---	---	---	---	---
João Manuel da Silva Alves	---	---	---	---	---	---
Vitor Manuel Gonçalves Aleixo	---	---	---	---	---	---
Sebastião Francisco Seruca Emidio	---	---	---	---	---	---

Esta Sociedade, em 2013, não suportou quaisquer destes encargos com o Conselho de Administração.

Fiscalização**Conselho Fiscal**

Mandato (Início- Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (€/mensal)
			Doc (1)	Data	
---	---	---	---	---	---

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
---	---	---	---

Esta Sociedade, não possui Conselho Fiscal.

ROC / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Mensal (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Doc.(1)	Data	Limite Fixado	Contratada c/IVA 23%	
2012 – 2014	Efetivo	DFK & Associados – SROC, SA	149	AG	28-12-2013	1.442,13 €	943,00 €	2
2012 – 2014	Suplente	Manuel Lázaro Oliveira Brito - ROC	850	AG	28-12-2013	1.442,13 €	---	0

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual em 2013 (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
DFK & Associados – SROC,SA	12.177,00 €	861,00 €	11.316,00 €

O valor original de 2.750,00 €/Trimestre + IVA da prestação de serviços tem vindo a ser reduzido ao longo da contratação, tendo por base as orientações e as negociações realizadas. Os valores indicados, referem-se à última redução efetuada.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC / ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
---	---	---	---	---	---	---	---

Esta Sociedade, não possui Auditor Externo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

3.5.1. Aplicação da redução remuneratória nos termos do Art.º 27º da Lei 66-B/2012, aos membros da Mesa Assembleia Geral

Os membros do Mesa da Assembleia Geral não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram aplicadas as reduções nas suas senhas de presença.

3.5.2. Cumprimento do Art.º 37º da Lei 66-B/2012, referente à não atribuição de prémios de gestão, no ano de 2013, aos membros do órgão da Administração

À semelhança dos anos anteriores, em 2013 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

3.5.3. Aplicação da redução remuneratória nos termos do Art.º 27º da Lei 66-B/2012, aos membros do órgão da Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal, no entanto foram aplicadas as reduções nas suas senhas de presença.

3.5.4. Cumprimento da manutenção da redução de 5%, nos termos do Artº. 12.º da Lei n.º 12-A/2010, aos membros do órgão da Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal, no entanto as foram aplicadas as reduções nas suas senhas de presença.

3.5.5. Aplicação da redução remuneratória nos termos do Art.º 27º da Lei 66-B/2012, aos membros do órgão de Fiscalização

A fiscalização é efetuada pelo ROC no âmbito da sua prestação de serviços, que tem vindo a sofrer reduções de acordo com as orientações e das negociações ocorridas.

3.5.6. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos do Art.º 75º da Lei 66-B/2012

A Polis Litoral Ria Formosa não possui Auditor Externo.

3.5.7. Aplicação da redução de remunerações dos trabalhadores em conformidade com o Art.º 27º da Lei 66-B/2012

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu à aplicação do Art.º 27º da Lei 66-B/2012

3.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos

A Polis Litoral Ria Formosa nunca disponibilizou qualquer tipo de serviço de telefone domiciliário e internet e nos restantes aspetos procedeu de acordo com a legislação, nos termos do Artigo 32º.

3.7. Contratação Pública

3.7.1. Aplicação das normas de contratação pública vigentes em 2013

Em termos da aplicação das normas de Contratação Pública, a Polis Litoral Ria Formosa está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no respetivo artigo 2.º, N.º 2.

Na aplicação das normas da Contratação Pública a Polis Litoral Ria Formosa norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público.

3.7.2. Existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

As decisões que autorizam a realização de despesa suportam-se em informações onde é justificada a necessidade de contratar e proposto o procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. Foram ainda incorporadas, nos procedimentos de contratação pública implementados na Polis Litoral Ria Formosa, as orientações constantes do Despacho N.º 438/10-SETF, de 10 de maio.

Alem destes procedimentos, na gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa são respeitados os procedimentos constantes no "*Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*", aprovado em reunião do Conselho de Administração de 23 de maio de 2013.

3.7.3. Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

À semelhança dos períodos anteriores, em 2013 a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não procedeu à celebração de qualquer contrato com valor superior a 5 milhões de Euros.

3.8. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 66-A/2012, ao nível da adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A Polis Litoral Ria Formosa, no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua atividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Acionistas. Assim, dado o tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objeto social: estudos; projetos e empreitadas de obras públicas, a Polis Litoral Ria Formosa adota medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não se apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

3.9. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2013

3.9.1. Plano de Redução de Custos e medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações e redução das ajudas de custo e deslocações

A Polis Litoral Ria Formosa implementou novamente em 2013, um plano de redução de custo que consistiu na redução de custos associados às prestações de serviços anteriormente contratadas e que foram aceites pelas respetivas empresas, nomeadamente de revisão legal de contas e direção e coordenação geral e da intervenção. Neste âmbito, foi também mantida a implementação da redução dos valores das senhas de presença dos elementos do Conselho de Administração, efetuada a redução das remunerações dos funcionários.

Os gastos com comunicações estão reduzidos ao estritamente necessário ao funcionamento da sede da Sociedade, não estando atribuído comunicações móveis aos seus administradores.

Em 2013, não foram efetuadas quaisquer deslocações e estadias.

3.9.2. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A Sociedade, para além dos membros do seu Conselho de Administração não possui qualquer RH em cargos dirigentes.

A redução do número de efetivos tem vindo a ser implementado, registando atualmente a quantidade mínima de três colaboradores, um deles em substituição temporária de uma licença de maternidade.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cump. ^{to} Identificar [S/N]
						Absoluta	%	
CMVMC (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	
FSE (€)	92.925,28	175.267,96	149.586,50	144.366,36	130.211,49	-45.056,47	-26%	
Deslocações/Estadias (€)	0,00	141,05	66,75	6,02	14,42	-126,63	-90%	S
Ajudas de custo (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	N.A.
Comunicações (€) (*)	14.826,96	20.928,81	11.965,93	8.997,37	7.185,14	-13.743,67	-66%	S
Gastos com o pessoal (€)	169.907,88	129.106,20	72.826,49	65.219,98	39.935,73	-89.170,47	-69%	S
Total (€)	262.833,16	304.374,16	222.412,99	209.586,34	170.147,22	-134.226,94	-44%	S
Volume de Negócios (€)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Peso dos Gastos no VN (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

(*) – As comunicações incluem também todas as despesas com Sede e RH

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais – Não imputados às obras (*)	1	1	1	2
Número de RH sem Órgãos Sociais – Imputados às obras	5	5	1	1
Número de cargos dirigentes sem O.S.	0	0	0	0
Número de Órgãos Sociais (3 CA + 2 Mesa AG + 1 ROC)	6	6	6	6
Gastos totais com pessoal	129.106,20 €	72.826,49 €	65.219,98 €	39.935,73 €
Gastos com Órgãos Sociais	43.705,00 €	38.817,00 €	36.040,08 €	18.606,00 €
Gastos com Dirigentes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes	85.401,20 €	34.009,49 €	29.179,90 €	21.329,73 €
Rescisões / Indemnizações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

(*) – Em 2013, foi necessário assegurar a substituição em licença de maternidade

3.10. Cumprimento do previsto no Art. 124.º da Lei n.º 66-B/2012, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I.P.) foram utilizados pela Sociedade no ano de 2013, verificando-se que a sua situação em 31 de dezembro de 2013 era a seguinte:

Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2013
1120014190	Polis Litoral Ria Formosa – Geral	1.318.411,81 €
1120014191	PRF – PIT – Requalificação Marginal Cabanas	32,00 €
1120014192	PRF – PIT – Plano de Mobilidade OCRF e Adaptação e Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão	0,00 €
1120014193	PRF – POVT – Medidas de Proteção e Defesa da Zona Costeira na Ria Formosa – Estudos e Projetos de Execução	154.993,51 €
1120014194	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Projetos e Planos de Intervenção e Requalificação	36,43 €
1120014195	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Obras de Emergência na Ilha da Armonia	33,13 €
1120014196	PRF – Operação Estudos Valorização das Atividades Ligadas à Ria Formosa – Nº 31-03-01-FEP-61 NIFAP nº 007369746	36,00 €

Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2013
1120014197	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	23,86 €
1120014198	PRF – POAlgarve 21 – Planos de Praia da Ria Formosa – Projetos de Execução	22,06 €
1120014199	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos – Projetos de Execução	48.995,06 €
1120014263	PRF – Conta Caução	147.953,43 €
1120014363	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho de Faro	158.547,15 €
1120014602	PRF – POAlgarve 21 – Plano de Mobilidade	5,99 €
1120014601	PRF – POAlgarve 21 – Lacer / Manta Rota	0,00 €
1120014600	PRF – POAlgarve 21 – Pedras d' El Rei / Santa Luzia	0,00 €
1120014599	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho do Ludo	0,00 €

CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

Valor	Data Emissão	Data Reembolso	Taxa
2.000.000,00 €	08-08-2013	07-02-2014	0,567%
4.000.000,00 €	10-12-2013	10-06-2014	0,574%
1.000.000,00 €	10-12-2013	10-03-2014	0,427%
500.000,00 €	10-12-2013	10-01-2014	0,263%

3.11. Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Em 2013, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não foi sujeita a qualquer Auditoria pelo Tribunal de Contas..

3.12. Divulgação de informação no portal da empresa e no portal do SEE

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio de informação para publicação no portal das empresas do SEE e no portal da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S – Sim N – Não N.A. – Não Aplicável

3.13. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 832-DGTF de 14 de fevereiro de 2014

(Quadro na página seguinte)

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão: <i>Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;</i> <i>Promoção da sustentabilidade econômica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;</i>	X			100 %	
	X			100 %	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 9 dias	Redução relativamente ao PMP de 38 dias, verificado em 2012.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X		
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:					
<i>Recomendação 1, na AG de 03-12-2010:</i> <i>O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamentos</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
<i>Recomendação 2, na AG de 03-12-2010:</i> <i>O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2010 ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
Remunerações:					
Não atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 37º da Lei 66-B/2012	X				À semelhança dos anos anteriores, não houve qualquer atribuição de Prémios de Gestão
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			405,00 €	Redução do valor das senhas de presença
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			405,00 €	Apesar de não auferirem remuneração fixa mensal, foi reduzido nas senhas de presença.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos nos termos art.º 75º da Lei 66-B/2012	X			861,00 €	A SPLRF não possui auditor externo. Considerou-se a redução da remuneração do ROC.
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			199,27 €	Somente um trabalhador foi abrangido por reduções nos termos da legislação
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	X				Não existiram quaisquer valorizações remuneratórias.
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito		X			Os membros do CA não possuem cartão de crédito, atribuído pela SPLRF.
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			Os membros do CA não realizaram despesas de representação pessoal.
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		A SPLRF não possui participadas.
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	0	Em 2013, não houve contratos que necessitassem de visto prévio do Trib.de Contas
Auditorias do tribunal de Contas					
Recomendações			X		Não houve qualquer recomendação.
Parque Automóvel			X	0	Não houve variação. A SPLRF possui somente uma viatura para uso do serviço
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012)					
Redução de trabalhadores (artigo 63.º da Lei 66-B/2012)					
N.º de trabalhadores			X		
N.º cargos dirigentes			X		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124.º da Lei 66-B/2012)	X			100%	Todas as aplicações financeiras encontram-se no IGCP

Legenda: S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

Sky
J.
W

4. Estrutura Acionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000,00€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos acionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, encontrava-se realizado 69,3% do Capital Social da Sociedade, no valor total de 15.600.387,00€, correspondente às seguintes transferências:

- Estado: Em 22-12-2008 realizou 100% da sua participação, no valor de 14.175.000€;
- Câmara Municipal de Tavira: Em 29-08-2008 e em 22-08-2013 realizou 36,1% da sua participação, no valor de 730.684€;
- Câmara Municipal de Loulé: Em 06-05-2009 e em 10-11-2009 realizou no total 40% da sua participação, no valor de 270.000€;
- Câmara Municipal de Faro: Em 06-06-2012 realizou 11,3% da sua participação, no valor de 355.953€;
- Câmara Municipal de Olhão: Em 19-12-2013 realizou 2,8% da sua participação, no valor de 68.750€;

Durante o ano de 2013, somente se registou a realização de capital social por parte das Câmaras Municipais de Tavira e de Olhão.

SAZ
f
N

5. Atividade Desenvolvida em 2013

5.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2013 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de atividades, entre as quais se destacam:

- Prosseguimento das atividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projetos de execução e empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao POAlg21, POVT, e ao PROMAR;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas ao PIT – Turismo de Portugal;
- Continuação da elaboração / negociação de vários protocolos de cooperação técnica e financeira – com a CM Tavira, a CM Faro, a CM VRSA, a APA/ARH e o IPTM.

A atividade da Sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral Ria Formosa.

Listam-se neste capítulo as principais atividades desenvolvidas pela Sociedade no ano de 2013.

5.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua atuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 6.

5.3. Ações desenvolvidas

5.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as atividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica).

5.3.2. Planos / Estudos / Projetos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de seleção dos adjudicatários para a elaboração de diversos levantamentos topográficos e cadastrais considerados necessários, bem como de estudos e projetos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.

No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as ações/projetos a concretizar ao longo da Intervenção, com especial destaque para as que tiveram desenvolvimento no presente ano:

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Ações TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO				
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico	(outubro 08)	(janeiro 11)	N/A	
P1 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P1 Reestruturação e Requalificação				
P1.1 Ilha de Faro – Plano de Pormenor	(março 09)	(setembro 13)	N/A	
P1.1 Ilha de Faro – Ponte e Acessos e EIA	(junho 11)	junho 14	novembro 14	dezembro 15
P1.2 Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol) *	(março 10)	abril 14	outubro 14	outubro 15
P1.3 Ilha da Armona (núcleo da Armona) *	(março 10)	julho 14	novembro 14	novembro 15
P1.4 Quatro Águas – Acesso viário e cais	(novembro 08)	(junho 13)	março 14	maio 15
P 1.5 Ilha de Tavira	(fevereiro 09)	(setembro 13)	setembro 14	dezembro 15
P2 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P2.1 Renaturalização				
PIR - Projeto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes	(dezembro 09)	(fevereiro 12)	maio 14	dezembro 15
Levantamento das edificações existentes	(janeiro 09)	(janeiro 10)	N/A	
Demolição e Remoção de Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens	---	---	(dezembro 08)	(abril 09)
Demolições e Limpeza do Areal da Fuseta - Empreitada de Emergência	---	---	(abril 10)	(julho 10)
Demolições e limpeza do areal da Fuseta	---	---	(abril 10)	(junho 10)
Demolições controladas de casas em risco de derrocada na zona poente da Península do Ancão	---	---	(dezembro 10)	(janeiro 11)
Levantamento topográfico	(junho 10)	(fevereiro 11)	N/A	
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras				
Estudo e Planos - Minimização de Riscos Inerentes à Hidrodinâmica da Ria Formosa	(maio 10)	(janeiro 12)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e Canal da Fuseta	(março 10)	(março 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da barra da Fuseta e áreas adjacentes	(julho 10)	(julho 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico das barras da Fuseta e áreas adjacentes	(dezembro 10)	(dezembro 10)	N/A	
Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona, Canal da Fuseta - Intervenção de Emergência	(agosto 10)	(outubro 10)	(novembro 10)	(dezembro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência	---	(maio 10)	(junho 10)	(outubro 10)
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência			(junho 10)	(outubro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência	(novembro 10)	(novembro 10)	(janeiro 11)	(agosto 11)
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência			(janeiro 11)	(abril 11)
Recolha de amostras e respetiva caracterização física e química dos sedimentos existentes na zona da antiga barra da Fuseta	(novembro 10)	(novembro 10)	N/A	
Recolha de amostras e caracterização físico-química dos sedimentos existentes em zonas da Ria Formosa	(março 11)	(julho 11)	N/A	
Atualização de dados Topo-Hidrográficos em Zonas da Ria Formosa	(março 11)	(maio 11)	N/A	
Monotorização topohidrográfica das barras da Fuseta	(fevereiro 11)	(dezembro 11)	N/A	
Recolha de amostras e caracterização físico-química de sedimentos da Ria, em zona entre Barras da Fuseta	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	N/A	
Reabilitação da barra nova da Fuseta - intervenção de Emergência	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	(abril 11)	(agosto 11)
Fiscalização de Empreitadas de Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar na Ilha da Armona e de Reabilitação da Barra Nova da Fuseta	N/A		(maio 11)	(setembro 11)
Empreitada de Reposição das Condições de Navegabilidade na Área de Manobra do Cais da Ilha da Armona - Intervenção de Emergência	(dezembro 10)	(dezembro 10)	(março 11)	(março 11)

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Assessoria Técnica Especializada às Intervenções de Fecho da Barra Velha da Fuseta e de Reposição das Condições de Navegabilidade na Barra Nova da Fuseta	(abril 11)	(dezembro 11)	(abril 11)	(dezembro 11)
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	(setembro 13)	N/A	
Projectos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	junho 14	outubro 14	dezembro 15
P2.3 Recuperação dunar e lagunar				
Elaboração de parecer sobre a possibilidade e consequências da construção de obras de proteção costeira na Ria Formosa	(abril 11)	(junho 11)	—	—
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	(setembro 13)	N/A	
Projectos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	junho 14	outubro 14	dezembro 15
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar				
Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar	(janeiro 12)	junho 14	outubro 14	dezembro 15
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria				
Plano de Mobilidade e Ordenamento de Circulação na Ria	(outubro 11)	julho 14	N/A	
P5 Criação, requalificação e valorização das infraestruturas de acostagem e áreas adjacentes				
Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira	(fevereiro 09)	(dezembro 09)	(maio 10)	(março 11)
Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"	N/A		(maio 2010)	(abril 11)
Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo - Turísticas e Taxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira	(maio 2010)	(junho 2010)	(julho 2010)	(agosto 2010)
Inspeção Subaquática às Estruturas Imersas das Pontes Cais de Olhão, Armona, Culatra e Farol	(junho 2010)	(outubro 2010)	N/A	
Avaliação do Estado da Estrutura de Betão do Cais de Olhão	(dezembro 10)	(dezembro 10)	N/A	
Cais da Ilha de Tavira, Quatro Águas e Armona	—	—	—	dezembro 15
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das atividades ligadas aos recursos da Ria				
Elaboração de Estudos e Planos	(janeiro 2010)	julho 14	N/A	
P7 Infraestruturas de apoio ao uso balnear				
Plano de Praia do Garrão (nascente)	(dezembro 09)	(maio 12)	janeiro 15	dezembro 15
Plano de Praia do Ancão	(julho 09)	(março 12)	agosto 14	julho 15
Plano de Praia dos Cavacos	(maio 2010)	(dezembro 11)	agosto 14	julho 15
Plano de Praia Fuseta – Ria Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)	(novembro 09)	(abril 12)	—	dezembro 15
Levantamento topográfico	(julho 10)	(fevereiro 11)	N/A	
P9, P10 Plano de marketing territorial Plano de comunicação e divulgação				
Planos	(abril 09)	dezembro 15	N/A	
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais				
Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM	(novembro 08)	(janeiro 09)

6. Orçamento

6.1. Despesa Realizada

Em 2013, a despesa realizada respeitou a:

- Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Estudos, Planos e Projetos de Execução bem como com o Contrato de Gestão Global da Intervenção;
- Em termos de centros de custo aos "Custos de Estrutura e de Gestão" e ao "P8 – Requalificação dos Espaços Ribeirinhos – Parque Públicos e Percursos Pedonais".

Globalmente, a despesa realizada em 2013 situou-se nos 2.516.363,39€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos 24,36 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo.

Despesa por natureza - Ano 2013 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Naturezas		Ano 2013	Intervenção Global		
		Realizado	Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(a)	(b)	(c)	(c) / (b)
02	CONSUMOS	6.297,00	63.960,80	50.358,13	78,73%
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	4.553,46	41.436,11	27.074,60	65,34%
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	10.108,18	167.926,30	127.149,21	75,72%
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	82.032,14	484.535,14	374.756,44	77,34%
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	20.035,19	209.373,32	171.994,75	82,15%
11	REMUNERAÇÕES ORGÃO SOCIAIS	18.201,00	269.163,02	203.944,12	75,77%
12	REMUNERAÇÕES SERVIÇOS EXTERNOS	27.896,40	183.351,60	155.455,20	84,79%
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	164,75	1.130,66	1.295,41	114,57%
18	CUSTOS FINANCEIROS	0,00	381.717,06	0,00	0,00%
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	553.399,26	4.328.448,00	3.631.950,30	83,91%
28	ARQUEOLOGIA	0,00	8.640,00	8.640,00	100,00%
36	ESTUDOS E PLANOS	356.147,16	3.163.288,01	2.756.896,29	87,15%
43	ASSESSORIAS	27.940,70	534.352,50	532.630,96	99,68%
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	375.557,27	3.400.115,48	2.014.234,09	59,24%
49	DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	6.116,55	51.311,12	38.060,44	74,18%
50	EMPREITADAS	946.014,73	69.714.906,69	13.720.041,27	19,68%
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	81.899,60	2.338.776,59	548.373,52	23,45%
99	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	0,00	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Intervenção Global		2.516.363,39	91.342.432,40	24.365.879,73	26,68%
Total CMFaro / Realojamento (*)		0,00	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		2.516.363,39	85.342.432,40	24.365.879,73	28,55%

(*) - Valores da responsabilidade da CMFaro, por referência

Despesa por Centros de Custo - Ano 2013 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Centro de Custo / Descrição		Ano 2013	Intervenção Global		
		Realizado	Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(a)	(b)	(c)	(c) / (b)
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	722.687,38	6.131.042,01	4.743.978,16	77,38%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	0,00	282.379,70	282.379,70	100,00%
RF110000	P1 – Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp. Terrestres Contíguos	401.536,70	14.466.599,69	1.664.829,81	11,51%
RF120000	P2 – Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recuper. Dunar e Lagunar	91.032,40	38.381.825,00	6.681.304,88	17,41%
RF130000	P3 – Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	12.892,86	2.000.000,00	21.488,10	1,07%
RF140000	P4 – Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	58.425,00	250.000,01	94.258,30	37,70%
RF150000	P5 – Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes	7.560,00	7.216.000,01	3.889.683,85	53,90%
RF160000	P6 – Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas	47.192,64	501.076,69	458.483,89	91,50%
RF170000	P7 – Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	21.650,56	7.203.328,18	326.432,77	4,53%
RF180000	P8 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	1.136.253,78	12.702.196,52	4.650.223,68	36,61%
RF190000	P9 – Plano de Marketing Territorial	0,00	208.472,62	79.093,73	37,94%
RF200000	P10 – Plano de Comunicação e Divulgação	17.132,06	499.511,95	473.397,78	94,77%
RF210000	P11 – Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	0,00	250.000,01	0,00	0,00%
RF220000	P12 – Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	0,00	1.250.000,00	1.000.325,08	80,03%
Intervenção Global		2.516.363,38	91.342.432,39	24.365.879,73	26,68%
Total CMFaro / Realojamento		0,00	6.000.000,00	6.000.000,00	100,00%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		2.516.363,38	85.342.432,39	18.365.879,73	21,52%

(*) - Valores da responsabilidade da CMFaro, por referência

6.2. Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efetuada com base nos financiamentos realizados / recebidos (em 2008, em 2009, em 2010, em 2011, em 2012 e em 2013) como a seguir se indica:

- De capital social do Acionista Estado (realizado integralmente no ano de 2008), no montante de 14,175 milhões de Euros;
- De capital social realizado pelos Acionistas Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Faro e Câmara Municipal de Olhão, no montante de 730,68 mil Euros, 270 mil Euros, 375,95 mil Euros e 68,75 mil Euros, respetivamente. Sendo destes montantes a parcela de 394,43 mil Euros realizada em 2013, sendo 68,75 mil Euros do Município de Olhão e 325,68€ do Município de Tavira.

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, durante o ano de 2009 - cerca de 1.604,8 mil Euros, sendo na sua globalidade do POA – Programa Operacional do Ambiente, no ano de 2010 – no montante de 558,4 mil Euros recebidos integralmente do POVT – Programa Operacional da Valorização do Território e no ano de 2011 – no valor global de 2.573,8 mil Euros, sendo 1.222 mil Euros, de pagamentos do POVT e os remanescentes 1.351,8 mil Euros do PO Alg – Programa Operacional do Algarve, no ano de 2012 – no valor de 975,4 mil Euros, sendo 538,4 mil Euros de pagamentos do POVT, 280,2 mil Euros de pagamentos do PO Alg e os remanescentes 156,5 mil Euros do PROMAR, e no ano de 2013 no valor de 5.082,28 mil Euros, sendo 4.260,9 mil Euros de pagamentos do POVT, 665,9 mil Euros de pagamentos do PO Alg e 155,45 mil Euros do PROMAR.
- Do financiamento / pagamento da parcela de 500 mil Euros, paga em 2010 pelo IPTM a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do 1º aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira, bem como uma segunda parcela de 1.550 mil Euros (2º aditamento), paga em janeiro de 2011 e ainda um terceiro pagamento de 1.100 mil Euros (3º aditamento), pago em Janeiro de 2012 no âmbito do já referido protocolo. E em 2013, um total de 741,75 mil Euros respeitantes ao quarto e quinto aditamentos, totalizando nesta data, um recebimento global de 3.996,75 mil Euros.
- Após encerramento deste protocolo com o Município de Tavira, foi ainda pago em 2013, o remanescente de 5.592,91€, acrescendo ao valor antes pago de 1.112,2 mil Euros, pagos pela Câmara Municipal de Tavira a título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Participação Financeira celebrado entre a Sociedade e o Município de Tavira.
- Do pagamento pelo PIT, no âmbito da candidatura referente à Marginal de Cabanas, da parcela de 192,5 mil Euros a título de adiantamento - 30% do cofinanciamento total da candidatura, pago em 2010 e da parcela de 377,5 mil Euros pago em 2011 no âmbito da mesma candidatura. E, no âmbito da candidatura Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão, Armona e Culatra (Povoação e Farol), no ano de 2013, o valor de 393,39 mil Euros.
- Da parcela de 25 mil Euros pago pela ARH em 2009 no quadro do protocolo de cooperação técnica e financeira para desenvolvimento do P6. - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas;
- Do valor de 722,3 mil Euros, recebido até 31.Dez.2013 e relativo a juros, "vendas de cadernos de encargos" e contrapartidas do ICNB e do INRB no âmbito do Protocolo de "Segurança e Vigilância humana.

Em termos acumulados ao final de 2013, o financiamento global recebido pela Sociedade atingiu os 33.334 mil Euros.

No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31 dezembro, permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.

(Valores com IVA em euros)

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano de 2013	Intervenção Global		
	Realizado	Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
Comunitário	5.082.275,00	44.407.006,00	10.887.560,00	24,52%
POVT - Programa Operacional Temático de Valorização Territorial	4.260.919,00	34.698.452,00	6.672.928,00	19,23%
POR Algarve	665.900,00	7.627.254,00	2.297.867,00	30,13%
PROMAR	155.456,00	476.479,00	311.944,00	65,47%
POA - Programa Ambiente (QCA III)	0,00	1.604.821,00	1.604.821,00	100,00%
Nacional	1.535.709,00	41.230.602,00	21.703.942,00	52,64%
Capital Social	394.434,00	22.500.000,00	15.600.387,00	69,34%
Estado	0,00	14.175.000,00	14.175.000,00	100,00%
Câmaras Municipais	394.434,00	8.325.000,00	1.425.387,00	17,12%
Faro	0,00	3.150.000,00	355.953,00	11,30%
Olhão	68.750,00	2.475.000,00	68.750,00	2,78%
Tavira	325.684,00	2.025.000,00	730.684,00	36,08%
Loulé	0,00	675.000,00	270.000,00	40,00%
Financiamento Adicional	5.593,00	1.896.656,00	1.117.863,00	58,94%
CM Tavira	5.593,00	1.166.111,00	1.117.863,00	95,86%
CM Faro	0,00	213.985,00	0,00	0,00%
CM Olhão	0,00	180.726,00	0,00	0,00%
CM Loulé	0,00	65.093,00	0,00	0,00%
CM Vila Real de Santo António	0,00	270.741,00	0,00	0,00%
MOPTC / IPTM	741.750,00	6.066.723,00	3.996.750,00	65,88%
MADPR / ARH	0,00	24.598,00	25.000,00	101,63%
Marinha	0,00	77.910,00	0,00	0,00%
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	393.932,00	4.857.371,00	963.942,00	19,84%
Realojamento (CM Faro + INRHU) (*)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Privados	0,00	5.807.344,00	0,00	0,00%
Outras Receitas (incluindo juros e contrapartidas de custos)	64.684,00	572.859,00	722.332,00	126,09%
Juros Credores	18.766,00	484.261,00	537.034,00	110,90%
Outras Receitas (Cópias de Processos de Concursos)	9.000,00	88.598,00	24.493,00	27,65%
Outras Receitas (Medida Estímulo 2013)	2.515,00	0,00	2.515,00	0,00%
Outras Receitas (Emissão de Certidões)	41,00	0,00	41,00	0,00%
Contrapartida ICNB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	19.000,00	0,00	97.450,00	0,00%
Contrapartida INRB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	15.362,00	0,00	60.799,00	0,00%
TOTAL	6.682.668,00	86.210.467,00	33.313.834,00	38,64%

(*) - Investimento e financiamento da responsabilidade da CM Faro

6.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação a 31.12.2013, de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário e mesmo nacional (ao PIT – Programa Integrado do Turismo), incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas e/as não contratadas, sendo, em termos globais o ponto de situação como se segue:

- Das Candidaturas ao POA (ainda QCA III)

CANDIDATURA nº 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ria Formosa",						
1.Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008				178.200,00		Fechada
2.Taxa de Financiamento da Candidatura				75%		
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos				Recebidos		
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data		Valor em dívida por Pedido de Pagamento
1	30-Dez-08	178.200,00	25/09	10-Fev-09	160.380,00	0,00
			57/09	24-Mar-09	17.820,00	
TOTAL		178.200,00		178.200,00		0,00
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					100,00%	
5.Enviado Relatório Final em 30-12-08						
6.Encerramento da candidatura em Março de 2009						

CANDIDATURA nº 1.1/00071 - "Conservação e valorização do património natural da Ria Formosa",								
1.Financiamento aprovado em 30 de Junho de 2009 (Reprogramação)						1.409.903,40	Fechada	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						75%		
3 Pedidos de Pagamento								
Pedidos					Recebidos			
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)	Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
1	01-Abr-09	1.122.810,91	841.958,18	81/09	30-Abr-09	734.002,20	0,00	
				91/09	05-Mai-09	107.955,98		
2	07-Mai-09	752.813,30	584.809,98	111/09	19-Jun-09	401.558,59	0,00	82.884,76
				159/09	08-Out-09	68.951,73		
				180/09	08-Out-09	31.438,90		
3	15-Jul-09	87.408,88	65.558,88	181/09	08-Out-09	65.558,88	0,00	
TOTAL		1.862.833,09	1.472.124,82		1.409.460,08		0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						99,97%		
5.Enviado Novo Relatório Final em 14-07-09								
6.Encerramento da candidatura em Outubro de 2009								

CANDIDATURA nº 1.3/00038 -"Video sobre a Ria Formosa"

1.Financiamento aprovado em Maio de 2009						17.160,83		Fechada
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						75%		
3 Pedidos de Pagamento								
Pedidos						Recebidos		
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)	Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
1	07-Mai-09	22.881,11	17.160,83	135/08	28-Jul-08	12.764,25	0,00	
				138/09	25-Ago-09	2.978,33		
				139/09	25-Ago-09	1.418,25		
TOTAL		22.881,11	17.160,83	17.180,83		0,00		
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)							100,00%	
5.Enviado Relatório Final em 07-05-09								
6.Encerramento da candidatura em Agosto de 2009								

• Das Candidaturas ao POVT (QREN)

CANDIDATURA nº POVT-03-0133-FCOES-000028 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução - continuação							
1.Financiamento Aprovada em 30-03-2010, reprogramação proposta em baixa em Julho de 2013 contratualizada em 9 de Setembro de 2013						1.045.680,55	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						100%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa Atual(€)	Financiamento Anterior (70%) e Atual (100%)	Data	Valor (€)		
32	04-Set-13	540,00	378,00			378,00	
33	04-Set-13	420,00	294,00			294,00	
34	14-Out-13	7.872,00	5.510,40			5.510,40	
35	14-Out-13	51.315,60	35.920,92			35.920,92	
36	14-Out-13	10.648,80	7.454,16			7.454,16	
37 e 38	07-Nov-13			07-Nov-13	83.693,95	regularização da taxa para 100% (desconta os top ups)	
39	28-Jan-14	37.228,56	37.228,56				
40	29-Jan-14	9.215,78	9.215,78				
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		732.049,08	526.367,66		501.876,40	230.172,69	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		732.049,08	526.367,66		534.628,22	197.420,86	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						48,00%	

CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000020 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"							
1. Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009, reprogramação proposta em Julho de 2013						1.960.493,54	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						100%	
3. Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa Atual(€)	Financiamento Anterior (70%) e Atual (100%)	Data	Valor (€)		
1	29-Mar-10	101.574,00	71.101,80	07-Abr-10	71.101,80	0,00	
2	30-Mar-10	70.560,00	49.392,00	07-Abr-10	49.392,00	0,00	
3	30-Mar-10	50.787,00	35.550,90	07-Abr-10	35.550,90	0,00	
4	22-Abr-10	112.440,00	78.708,00	30-Abr-10	78.708,00	0,00	
5	22-Abr-10	35.820,00	25.074,00	30-Abr-10	25.074,00	0,00	
6	22-Abr-10	14.880,00	10.416,00	30-Abr-10	10.418,00	0,00	
7	18-Ago-10	22.255,58	15.578,89	25-Ago-10	15.578,89	0,00	
8	18-Ago-10	138.552,61	96.988,83	27-Ago-10	98.988,83	0,00	
9	11-Out-10		Envio dos Recibos do PP contra-fatura				
10	15-Nov-10	9.534,00	6.673,80	08-Dez-10	6.673,80	0,00	
11	18-Nov-10	76.828,00	53.779,80	08-Dez-10	53.779,60	0,00	
12	30-Diz-11	383.108,07	254.174,25	05-Jan-12	254.174,25	0,00	
13	18-Mai-12	187.964,25	117.574,98	28-Jul-12	117.574,98	0,00	
				31-Out-12	41.991,06	-41.991,08	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
14	12-Jul-12	41.251,93	28.878,35	28-Ago-12	28.878,35	0,00	
				31-Out-12	10.312,98	-10.312,98	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
15	12-Jul-12	11.088,00	7.781,80	28-Ago-12	7.761,60	0,00	
				31-Out-12	2.772,00	-2.772,00	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
16	12-Jul-12	4.178,29	2.923,40	03-Out-12	2.923,40	0,00	
				31-Out-12	1.044,07	-1.044,07	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
17	12-Jul-12	4.893,88	3.425,58	07-Fev-13	3.425,58	0,00	
				07-Fev-13	1.223,42	-1.223,42	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
18/21	28-Nov-12	33.920,00	23.744,00	08-Fev-13	23.744,00	0,00	
				08-Fev-13	8.480,14	-8.480,14	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
19/20	28-Nov-12	59.272,32	41.480,62	08-Fev-13	41.490,62	0,00	
				08-Fev-13	14.818,08	-14.818,08	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
22	05-Ser-13	195.931,13	137.151,79	23-Out-13	137.151,79	0,00	
				23-Out-13	48.982,78	-48.982,78	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
23 e 24	07-Nov-13	0,00	0,00	07-Nov-13	324.826,11	regularização de taxa para 100% (desconta os top ups)	
25	09-Diz-13	48.954,00	48.954,00				
28	27-Jan-14	72.881,34	72.881,34				
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		1.636.670,18	1.182.219,73		1.385.210,50	251.459,68	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		1.636.670,18	1.182.219,73		1.514.835,03	121.835,18	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						70,66%	

STZ
7
W

CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000028 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução"							
1. Financiamento Aprovada em 30-03-2010, reprogramação proposta em baixa em Julho de 2013 contratualizada em 9 de Setembro de 2013						1.045.680,55	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						100%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa Atual(€)	Financiamento Anterior (70%) e Atual (100%)	Data	Valor (€)		
1	20-Jul-10	144.186,00	100.930,20	27-Jul-10	100.930,20	0,00	
2	18-Nov-10	20.310,00	14.217,00	08-Dez-10	14.217,00	0,00	
3	28-Mar-11			Sem efeito		0,00	
4	29-Mar-11	22.687,50	15.881,25	7-Abr-11	15.881,25	0,00	
5	29-Mar-11	23.062,50	16.143,75			16.143,75	Pagamento no PP7
6	29-Jun-11	8.124,00	5.686,80	22-Dez-11	5.686,80	0,00	
7				17-Mai-11	16.143,75	-16.143,75	Pagamento PP5 CF
8	29-Dez-11	38.775,30	27.142,71	3-Jan-12	27.142,71	0,00	
9	12-Jul-12	1.832,70	1.282,89			1.282,89	
10	13-Jul-12	0,00	0,00			0,00	Anulado passou a ser PP6 da candidatura POVT-59
11	13-Jul-12	46.125,00	32.287,50	13-Set-12	32.287,50	0,00	
				31-Out-12	11.531,25	-11.531,25	Acréscimo de Recebimentos (95% - top)
12	06-Dez-12	28.265,40	19.785,78	02-Out-13	19.785,78	0,00	
				02-Out-13	7.066,35	-7.066,35	Acréscimo de Recebimentos (95% - top)
13	06-Dez-12	36.900,00	25.830,00	02-Out-13	25.830,00	0,00	
				02-Out-13	9.225,00		
14	06-Dez-12	17.835,00	12.484,50	10-Dez-13	17.835,00	-5.350,50	
15	06-Dez-12	17.810,40	12.467,28	20-Nov-13	17.810,40	-5.343,12	
16	06-Dez-12	17.773,50	12.441,45	18-Set-13	12.441,45	0,00	
				18-Set-13	4.443,38	-4.443,38	
17	06-Dez-12	7.872,00	5.510,40	10-Dez-13	7.872,00	0,00	
18	06-Dez-12	6.150,00	4.305,00			4.305,00	
19	06-Dez-12	1.943,40	1.360,38	02-Out-13	1.360,38	0,00	
				02-Out-13	485,85	-485,85	
20	07-Dez-12	5.786,70	4.050,69	07-Nov-13	5.786,70	-1.736,01	
21	21-Jan-13	36.900,00	25.830,00	03-Dez-13	36.900,00	-11.070,00	
22	19-Mar-13	79.685,98	55.780,19			55.780,19	
23	17-Jul-13	6.259,51	4.381,66	03-Dez-13	43.159,52	-38.777,86	Agorda anulação fatura enviada PP21
24	04-Set-13	15.744,11	11.020,88	03-Dez-13	15.744,00	-4.723,12	
25	04-Set-13	27.647,33	19.353,13			19.353,13	
26	04-Set-13	756,00	529,20	05-Dez-13	756,00	-226,80	
27	04-Set-13	612,00	428,40	26-Dez-13	612,00	-183,60	
28	04-Set-13	498,00	348,60			348,60	Não Elegível
29	04-Set-13	576,00	403,20			403,20	Não Elegível
30	04-Set-13	360,00	252,00			252,00	
31	04-Set-13	330,00	231,00			231,00	

CANDIDATURA n° POVT-12-0233-FCOES-000059 - "Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa"							
1. Financiamento Contratado em 11-03-2013						15.888.989,48	proposto
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	+15.423.133€ prioridade B
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa	Financiamento (70%)	Data	Valor (€)		
1	19-Abr-13	952.932,20	667.052,54	14-Jun-13	633.941,34	33.111,20	
-11	17-Out-13	-47.301,71	-33.111,20			-33.111,20	
				14-Jun-13	226.407,26	-226.407,26	Acréscimo de Recebimentos (95% - top
2	22-Abr-13	1.103.431,98	772.402,39	05-Jul-13	626.386,11	146.016,28	
-12	17-Out-13	-29.102,61	-20.371,83			-20.371,83	
-13	17-Out-13	-179.492,06	-125.644,44			-125.644,44	
				04-Jul-13	223.709,33	-223.709,33	Acréscimo de Recebimentos (95% - top
3	22-Abr-13	406.475,00	284.532,50	04-Jul-13	284.532,50	0,00	
4	23-Abr-13	45.996,70	32.197,69	18-Sep-13	31.897,60	-11.091,91	
				18-Sep-13	11.392,00		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
5	23-Abr-13	22.386,00	15.670,20	18-Sep-13	15.670,20	-5.596,50	
				18-Sep-13	5.596,50		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
6	23-Abr-13	44.403,00	31.082,10	18-Sep-13	31.082,10	-11.100,75	
				18-Sep-13	11.100,75		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
7	23-Abr-13	24.575,00	17.202,50	18-Sep-13	17.202,50	-6.143,75	
				18-Sep-13	6.143,75		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
8	23-Abr-13	41.429,49	29.000,64	18-Sep-13	29.000,64	-10.357,37	
				18-Sep-13	10.357,37		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
9	23-Abr-13	5.830,20	4.081,14	31-Jul-13	4.081,14	-1.457,55	
				31-Jul-13	1.457,55		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
10	23-Abr-13	774,90	542,43	18-Sep-13	542,43	-193,73	
				18-Sep-13	193,73		Acréscimo de Recebimentos (95% - top
11	16-Out-13	47.301,71	33.111,20	20-Nov-13	31.697,07	-9.906,25	
				20-Nov-13	11.320,38		
12	17-Out-13	29.102,61	20.371,83	20-Nov-13	17.413,17	-3.260,33	ver mail Ana Rita 17.10.2013
				20-Nov-13	6.218,99		
13	17-Out-13	179.492,06	125.644,44	26-Dez-13	94.233,33	-2.243,65	
				26-Dez-13	33.654,76		
14	ANULADO						
15	23-Out-13	1.098,37	768,86	12-Nov-13	768,86	-274,59	
				12-Nov-13	274,59		
Adiantamento				03-Dez-13	565.311,30	-565.311,30	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP e sem Adiantamento		2.649.332,84	1.854.532,99		1.818.448,99	36.084,00	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		2.649.332,84	1.854.532,99		2.383.780,29	-529.227,30	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		2.649.332,84	1.854.532,99		2.931.587,25	-1.077.054,27	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						11,67%	

CANDIDATURA n° POVT-01-0133-FCOES-000045 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de emergência na Ilha da Armona - Núcleo da Fuzeta"

1. Financiamento Aprovado em 31-12-2010, reprogramação proposta em ligeira alta em Julho de 2013 1.793.862,76

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 100%

3. Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa Atual(€)	Financiamento Anterior (70%) e Atual (100%)	Data	Valor (€)		
1	18-Mar-11	1.389.369,70	972.558,79	15-Abr-11	972.558,79	0,00	Pagamento parcial. 5% do total candidatura pago com o reifinal
2	19-Mai-11	361.470,25	253.029,18	07-Jun-11	211.755,20	41.273,98	
3	07-Nov-13			07-Nov-13	507.563,13	regularização da taxa para 100% (desconta os top-ups)	
TOTAL		1.750.839,95	1.225.587,97		1.691.877,12	41.273,98	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 94,31%

• **Das Candidaturas ao PO Algarve (QREN)**

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000015 - "Plano de Praia de Ria Formosa-projectos de Execução"

1. Financiamento Aprovado em 07-12-2010 193.112,23 Candidatura em encerramento

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 70%

3. Pedidos de Pagamento

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	48.640,21	29.184,13	05-Abr-11	29.184,13	0,00	
2	07-Jul-11	16.616,73	9.971,24	04-Ago-11	9.971,24	0,00	
3	26-Dez-12	56.676,43	34.005,86	27-Jan-12	34.005,86	0,00	
4	07-Fev-12	49.856,22	29.913,73	14-Mar-12	29.913,73	0,00	
5	02-Ago-12		17.179,17	24-Ago-12	17.179,17	0,00	Pagamento do remanescente da subida de taxa de 60% de cofinanciamento para 70%
6	27-Dez-12	87.484,27	81.224,99	27-Ago-13	48.760,43	12.464,56	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
				26-Dez-12	12.464,06	-12.464,06	
7	23-Abr-13	9.845,59	9.845,59				Pedido de pagamento devolvido
7	23-Abr-13	-9.845,59	-9.845,59				
8	22-Out-13	16.616,74	11.633,12	14-Nov-13	1.978,00		Pedido de pagamento final
TOTAL		275.674,61	193.112,24		183.456,62	0,50	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 100,00%

CANDIDATURA n.º ALG-02-132-FEDER-000016-"Requalificação dos Espaços Ribeirinhos- Parques Públicos e Percursos Pedonale - Projectos de execução"							
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010						349.976,24	Candidatura em encerramento
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	161.389,00	96.833,40	05-Abr-11	96.833,40	0,00	
2	12-Dez-11	98.225,00	58.935,00	22-Jan-12	58.935,00	0,00	
3	06-Fev-12	112.706,00	67.623,60	08-Mar-12	67.623,60	0,00	
4	02-Ago-12		37.232,01	24-Ago-12	37.232,01	0,00	Pagamento do remanescente da dívida de taxa de 60% de cofinanciamento para 70%
TOPUP				28-Dez-12	22.814,39	-22.814,39	Acrescimento de Recebimentos (95% - top up)
6	23-Abr-13	19.680,00	13.778,00			13.778,00	
7	26-Nov-13	107.878,30	75.514,81	10-Dez-13	48.980,67	26.534,14	Pedido de pagamento final
TOTAL		499.878,30	349.914,82		332.419,07	17.495,75	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						99,98%	

CANDIDATURA nº ALG-02-132-FEDER-000018-"Requalificação Paisagística da Marginal da Cabanas"

1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010

Mas "reprogramado em baixa" pela quebra da taxa de IVA para

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

3 Pedidos de Pagamento

1.279.807,96

1.120.508,17 Encerrada

60%

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	30-Dez-10	2.051.009,19	1.230.805,51	08-Abr-11	1.215.810,00	14.796,51	Encerramento da candidatura com pagamento final do valor retido no 1º e 2º pedidos de pagamento em 29-10-2013
2	19-Jan-11	72.880,58	43.728,35			43.728,35	
3	13-Jan-13	-256.376,15	-153.825,69	13-Jan-13	-153.825,69	-153.825,69	
				29-Out-13	58.523,88	0,00	
TOTAL		1.867.513,62	1.120.508,17		1.120.508,17	0,00	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

87,55%

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000030-"Criação do Parque Ribeirinho de Faro"						
1. Financiamento Aprovado em 30-08-2011; Rep de Jan 2013 aprovada em Maio de 2013						2.339.244,49
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)	
1	FICTICIO (do SI do PoAlgarve 21) - PASSAGEM DA TAXA DE 60 PARA 70%					
2	19-Jun-13	30.333,06	21.233,14	16-Jul-13	21.233,14	0,00
				16-Jul-13	7.563,26	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
3	19-Jun-13	69.471,78	48.830,25	16-Jul-13	48.830,25	0,00
				16-Jul-13	17.367,94	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
4	11-Jul-13	12.053,02	6.437,11	06-Ago-13	8.437,11	0,00
				06-Ago-13	3.013,26	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
5	05-Sep-13	56.844,41	39.651,09	23-Sep-13	39.651,09	0,00
				23-Sep-13	14.161,10	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
6	Pedido de Pagamento do Promotor CMF- recebimento de 175.681,52€ de FEDER					0,00
7	25-Sep-13	60.039,34	42.027,54	15-Out-13	42.027,54	0,00
				15-Out-13	15.009,84	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
8	25-Sep-13	60.753,90	42.527,73	15-Out-13	42.527,73	0,00
				15-Out-13	15.188,46	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
9	14-Out-13	146.654,57	102.658,20	24-Out-13	102.658,20	
				24-Out-13	36.663,84	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
10	11-Dez-13	166.868,01	116.607,61	18-Dez-13	116.607,61	
				18-Dez-13	41.717,00	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
11	26-Dez-13	17.981,11	12.572,78			
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		620.779,21	434.545,45		421.972,87	12.572,78
TOTAL com Mecanismo TOP UP		620.779,21	434.545,45		572.677,19	-138.131,74
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						18,04%
*) Candidatura com 2 promotores, valor indicado do Promotor PLRF						

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000037- "Piano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação da Ria Formosa"

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012						164.129,00	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	27-Jul-13	65.435,99	65.435,99	13-Ago-13	65.435,99	0,00	
				13-Ago-13	23.370,00		
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		65.435,99	65.435,99		65.435,99	0,00	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		65.435,99	65.435,99		88.805,99	-23.370,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000034- "Parque Ribeirinho do Ludo"

Não admitida

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012						489.937,00	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-1132-FEDER-000035- "Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012						404.887,00	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recabidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-1132-FEDER-000043 - "Implementação do Plano de Praia do Ancão-1ª Fase"							Não admitida
1. Financiamento proposto em Dezembro de 2012						2.474.084,33	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-1132-FEDER-000053- Parque Ribeirinho Poente de Oihão							
1. Financiamento proposto em 22 de Novembro de 2013						2.368.882,66	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n° ALG-02-1132-FEDER-000036 - "Percurso Pedonal e Ciclável Jacém- Manta Rota -Fase 1"							
1. Financiamento aprovado em 31-10-2012						389.858,00	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000051 -"Implementação do Plano de Praia dos Cavacos"							
1.Financiamento proposto em 18 de Novembro de 2013						299.873,22	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000053 -"Implementação do Plano de Praia do Ancão-1ª Fase"							
1.Financiamento proposto em 18 de Novembro de 2013						2.368.882,86	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°ALG-02-0730-FEDER-00005-" Parque Ribeirão do Ludo- Fase1 "							
1.Financiamento proposto em 28 de Novembro de 2013						549.865,16	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°ALG-02-1132-FEDER-000044 - "Implementação do Plano de Praia dos Cavacos"							Não admitida
1. Financiamento proposto em Março de 2012						316.834,92	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						70%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

• Das Candidaturas ao PIT / Turismo de Portugal

CANDIDATURA n°104/PIT-I/10- "Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"							Encerrada
1. Financiamento Aprovado em 12-07-2010						641.713,85	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						21%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
Ped. Adiantamento	27-Ago-10	916.734,10	192.514,16	11-Nov-10	192.514,16	0,00	
1ºPP	29-Jun-11	1.970.423,65	413.789,01	24-Ago-11	377.495,82	36.293,19	
TOTAL		2.887.157,94	606.303,17		570.009,98	36.293,19	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						94,48%	

CANDIDATURA n° 103/PIT-I/10- "Reabilitação das Pontes-Cais da Orlhão, Armons e Cuístra (Povoação e Farol)"							Encerrada
1. Financiamento Aprovado em 12-07-2010						393.932,00	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						20%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	30-Set-12	1.969.660,00	393.932,00	06-Abr-13	393.932,00	0,00	
TOTAL		1.969.660,00	393.932,00		393.932,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						100,00%	

CANDIDATURA n° 103/PIT-I/10-"Reabilitação das Pontes-Cais de Oihão, Armona e Culatra (Povoação e Farol)"

1. Financiamento Aprovado em 12-07-2010						393.932,00	Encerrada
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						20%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
1	30-Set-12	1.969.660,00	393.932,00	06-Abr-13	393.932,00	0,00	
TOTAL		1.969.660,00	393.932,00		393.932,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						100,00%	

CANDIDATURA n°PIT-3712-"Parque Ribeirinho do Ludo"

1. Financiamento aprovado em Abril de 2013						126.775,42	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						20%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA n°PIT-3812-"Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"

1. Financiamento aprovado em Maio de 2013						124.696,33	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						20%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)						0,00%	

CANDIDATURA nº PIT-3612- Percurso Pedonal e Ciclável Iacém- Manta Rota -Fase 1							
1.Financiamento aprovado em Maio de 2013						153.080,97	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura						20%	
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Despesa	Financiamento	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00	0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)						0,00%	

• Das Candidaturas ao PROMAR

Do PROMAR

CANDIDATURA n.º 31-03-01-FEP-81- "Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa"

1. Financiamento Proposto em Novembro de 2009 e aprovado em 22-03-2010						466.368,00
2. Taxa de Financiamento da Candidatura						75%
3 Pedidos de Pagamento						

Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Despesa	Financiamento Atual (100%-IVA)	Data	Valor (€)		
1	02-Fev-11	93.657,28	93.657,28			93.657,28	Corrigidos neste mapa os valores pedidos dado que parte são cofinanciados pelo FEP e parte pelo OE.
1 anulado	17-Nov-11	-93.657,28	-93.657,28			-93.657,28	
1 ref	25-Nov-11	190.482,88	190.482,88	30-Mai-12	151.488,00	33.994,88	
				29-Nov-12	5.000,00		
2	21-Jan-13	191.210,88	191.210,88	29-Abr-13	155.456,00	35.754,88	
TOTAL		381.693,76	381.693,76		311.944,00	69.749,76	

SKZ
J
V

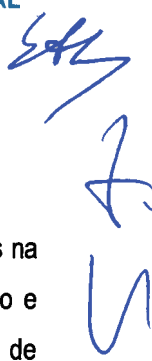
7. Análise Económica e Financeira

7.1. Balanço

Em 2013 o Balanço da Polis Litoral Ria Formosa foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.



8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º dos Estatutos da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de setembro, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objeto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respetivos Estatutos a data da sua duração, a qual na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2012, alterando o prazo de duração da Sociedade, constante no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos, foi fixada em 31 de dezembro de 2014.
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade.

Deliberou:

- Adotar em 2013, à semelhança do que foi adotado em 2012, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efetuado aquando da conclusão dos vários projetos.

9. Informação Complementar

9.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

9.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

9.3. Referências

Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pela Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e a ação do Gabinete Coordenador do Programa Polis..

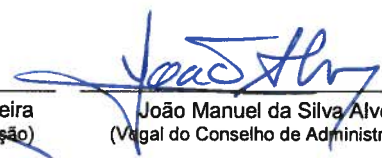
Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da atividade da Sociedade não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a Sociedade se relacionou.

Olhão, 09 de abril de 2014

O Conselho de Administração,



Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira
(Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)



Vítor Manuel Gonçalves Afonso
(Vogal do Conselho de Administração)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and a signature that appears to be 'EHL'.

II.

PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA – GRELHA DE VALIDAÇÃO –

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		6	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		7	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		10	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X			X	10	
3.	Acordos parassociais.	X			X	10	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X			X	12	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X			X	12	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X			X	12	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	12	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X			X	12	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X			X	12	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		14	
2.	Identificação das deliberações acionistas.		X		X	14	Não se realizou AG em 2013
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		14	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		14	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		15	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		15	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		15 16	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X			X	16	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X			X	16	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X			X	16	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.		X		X		Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		17	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		17	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		17	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		17	
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		17	
2.	Indicação das limitações, legais.		X		X		
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X			X	17	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.		X		X		
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.		X		X	18	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X	18	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X	18	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X	18	Não aplicável
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	20	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		20	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		20	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X			X	20	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X			X	20	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X			X	20	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X			X	20	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X			X	20	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X			X	21 22	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X			X	21 22	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X			X	21 22	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		23	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		23	
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		23	
VI	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X			X	25	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X			X	25	Não aplicável
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	25	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X			X	25	

WJ
SKZ

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		25	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X			X	25	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X			X	25	
6.	Regimes complementares de pensões.	X			X	25	
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		25	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.		X		X		Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X			X	25	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.						Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		25	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		25	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X			X	27	
2.	Informação sobre outras transações.	X			X	27	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		29	
2.	Políticas prosseguidas.	X			X	30	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: Responsabilidade social Responsabilidade ambiental Responsabilidade económica.	X			X	30 31	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X			X	33	
2.	Outras informações		X				

h
Sty
f.

III.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h
edg
f.

III.1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO –

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-13	31-Dez-12
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	22.555.812,56	20.104.548,47
		22.555.812,56	20.104.548,47
Activo Corrente			
Clientes / Protocolos	5	11.489,45	20.341,01
Adiantamentos a fornecedores	6	1.054,90	168,34
Estados e outros entes públicos	7	97.157,59	157.912,92
Outras contas a receber	8	173.871,05	863.462,96
Diferimentos	9	2.195,81	1.749,50
Caixa e depósitos bancários	10	9.329.371,78	4.674.881,16
		9.615.140,58	5.718.515,89
Total do activo		32.170.953,14	25.823.064,36
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	15.600.387,00	15.205.953,00
Outras variações no capital próprio	12	14.695.935,95	10.296.957,04
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Total do capital próprio		30.296.322,95	25.502.910,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	8	147.953,43	147.953,43
		147.953,43	147.953,43
Passivo corrente			
Fornecedores	13	21.863,85	19.590,11
Estado e outros entes públicos	7	2.797,38	2.615,55
Outras contas a pagar	8	1.700.740,64	149.995,23
Diferimentos		1.274,89	
		1.726.676,76	172.200,89
Total do passivo		1.874.630,19	320.154,32
Total do capital próprio e do passivo		32.170.953,14	25.823.064,36

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

III.2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS –

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-13	31-Dez-12
Subsídios à exploração	14	1.240,43	
Trabalhos para a própria entidade	15	113.040,35	118.874,11
Fornecimentos e serviços externos	16	-130.211,49	-144.366,36
Gastos com o pessoal	17	-39.935,73	-65.219,98
Outros rendimentos e ganhos	18	41.037,61	47.408,00
Outros gastos e perdas	19	-482,07	-556,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-15.310,90	-43.860,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	-2.747,10	-4.244,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.058,00	-48.105,65
Juros e rendimentos similares obtidos	21	18.765,51	48.893,99
Juros e gastos similares suportados	21	-50,00	-119,68
Resultado antes de impostos		657,51	668,66
Imposto sobre o rendimento do período		-657,51	-668,66
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-2013	31-Dez-2012
Outros rendimentos		154.836,32	165.725,54
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		170.147,22	209.586,34
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		2.747,10	4.244,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.058,00	-48.105,65
Gastos de financiamento (líquidos)		-18.715,51	-48.774,31
Resultados antes de impostos		657,51	668,66
Imposto sobre o rendimento do período		-657,51	-668,66
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado por acção			

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures in blue ink.

III.3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **– DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO** **CAPITAL PRÓPRIO –**

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2012



(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses minoritários
Posição no início do Período 2012	1	Notes	14.850.000,00	-	-	-	8.925.264,85	-	23.775.264,85	23.775.264,85
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-	0,00
Alterações de políticas contabilísticas									-	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos									-	0,00
Excedente de revalorização de activos									-	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									-	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							1.371.692,19	-	1.371.692,19	1.371.692,19
	2		-	-	-	-	1.371.692,19	-	1.371.692,19	1.371.692,19
Resultado Líquido do Período	3							-	-	0,00
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	1.371.692,19	1.371.692,19
Operações com detentores de capital próprio										
Realizações de capital			355.953,00	-	-	-	-	-	355.953,00	355.953,00
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	0,00
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	0,00
	5		355.953,00	-	-	-	-	-	355.953,00	355.953,00
Posição no fim do Período 2012	6 = 1 + 2 + 3 + 5		15.205.953,00	-	-	-	10.296.957,04	-	25.502.910,04	25.502.910,04

TC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2013



(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2013	1	Notas	15.205.953,00	-	-	-	10.296.957,04	-	25.502.910,04	-	25.502.910,04
Alterações no período									-		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-		0,00
Alterações de políticas contabilísticas									-		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos									-		0,00
Excedente de revalorização de activos									-		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									-		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							4.398.978,91		4.398.978,91		4.398.978,91
capital próprio	2		-	-	-	-	4.398.978,91	-	4.398.978,91	-	4.398.978,91
Resultado Líquido do Período	3							-	-		0,00
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	4.398.978,91	-	4.398.978,91
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital			394.434,00	-	-	-	-	-	394.434,00		394.434,00
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-		0,00
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-		0,00
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-		0,00
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-		0,00
	5		394.434,00	-	-	-	-	-	394.434,00	-	394.434,00
Posição no Fim do Período 2013	6 = 1 + 2 + 3 + 5		15.600.387,00	-	-	-	14.695.935,95	-	30.296.322,95	-	30.296.322,95

TQC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





III.4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA –

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-2013	31-Dez-2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes/protocolos		612.225,75	57.019,20
Pagamentos a fornecedores		-150.462,05	-180.704,16
Pagamentos ao pessoal		-32.061,89	-60.231,16
Caixa gerada pelas operações		429.701,81	-183.916,12
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		5.863,44	-4.786,08
Outros recebimentos/pagamentos		5.742.304,08	2.032.560,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		6.177.869,33	1.843.857,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.936.526,22	-1.656.208,84
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		18.765,51	48.893,99
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1.917.760,71	-1.607.314,85
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		394.434,00	355.953,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-52,00	-119,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		394.382,00	355.833,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.654.490,62	592.376,37
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.674.881,16	4.082.504,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.329.371,78	4.674.881,16

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

III.5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

– ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A. foi constituída em 3 de Junho de 2008, tem a sua sede no Parque Natural da Ria Formosa, Chalé João Lúcio, em Olhão.

A sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção. Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2013 as demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal como referido na nota 2 h) seguinte.

Estava prevista a dissolução da sociedade em 31 de Dezembro de 2012, fato que não ocorreu uma vez que no seguimento da reunião da Assembleia Geral realizada em 28/12/2012 foi aprovado por unanimidade a alteração do prazo de duração da sociedade constante no nº.1 do Artigo 3º dos Estatutos da Sociedade, passando a data prevista para dissolução a ser 31/12/2014.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 3.9).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os subsídios para investimento serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respetivos pedidos de cofinanciamento. Assim, face a adoção da política contabilística, foi adotada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os resultados entre os Gastos e os Rendimentos de funcionamento por naturezas para Ativos Fixos no final, e rateados por projeto de acordo com o critério definido que denominamos de lucro nulo.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa, SA são apresentadas em Euros.
O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Face à especificidade da atividade da empresa, foram registadas em Investimentos em curso as obras e projetos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias.

De igual forma as participações recebidas a título de subsídios para essas obras e projetos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Tendo em consideração a atividade específica da empresa, nomeadamente quanto aos critérios adotados para o registo de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios para investimentos explicados na anterior nota 3.2, e a adoção do critério do lucro nulo conforme explicado na nota 2 h) não se considera aplicável nestas componentes o registo de impostos diferidos.

Apesar de apresentar Resultado Líquido do Exercício nulo, foram calculadas as tributações autónomas, que correspondem ao imposto contabilizado, cujo montante foi 657,51 €.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de Investimentos em Curso, são registados como Subsídios, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respetiva candidatura se encontre aprovada.

3.11. Resultado das Operações do Exercício

Conforme referido na Nota 2 h), as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Investimentos em Curso, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os réditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respetivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Investimentos em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do ativo, vão ser rateados pelos vários projetos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 2 h).

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2013 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2013					
	Saldo em 1 de Janeiro de 2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31 de Dezembro de 2013
Custo:						
Equipamento administrativo	29,459.71	580.26				30,039.97
Investimentos em Curso	20,092,956.17	2,453,430.93				22,546,387.10
	20,122,415.88	2,454,011.19	-	-	-	22,576,427.07
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	17,867.41	2,747.10				20,614.51
	17,867.41	2,747.10	-	-	-	20,614.51

5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2013		31 de Dezembro de 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente (gerais)		11,489.45		20,341.01
	-	11,489.45	-	20,341.01
Perdas por imparidade acumuladas				
	-	11,489.45	-	20,341.01

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes".

6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos para reforço de pré-ativo efetuados aos CTT – Correios de Portugal, S. A. por conta de despesas de comunicação a efetuar.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	8,067.25	14,924.05
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	89,090.34	142,988.87
	97,157.59	157,912.92
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	657.51	668.66
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	877.00	813.00
Segurança Social	1,262.87	1,133.89
	2,797.38	2,615.55

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

8. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica os saldos destas rubricas tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a receber (Ativo)				
Co - Financiamentos		171,216.89		862,962.96
Outros devedores		2,654.16		500.00
	-	173,871.05	-	863,462.96
Perdas por imparidade acumuladas	-	173,871.05	-	863,462.96
Outras contas a pagar (Passivo)				
Pessoal		-		396.00
Fornecedores de investimentos		430,666.42		106,339.92
Co - Financiamentos (Adiantamentos)		1,243,229.12		22,814.39
Outras contas a pagar		6,845.10		444.92
Outros credores	147,953.43	20,000.00	147,953.43	20,000.00
	147,953.43	1,700,740.64	147,953.43	149,995.23
Perdas por imparidade acumuladas	147,953.43	1,700,740.64	147,953.43	149,995.23

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores/credores".

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros antecipados	251.58	22.88
Outros gastos a reconhecer	1,944.23	1,726.62
Outras		
	2,195.81	1,749.50
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Medida de estímulo IEFP 2013	1,274.89	-
	1,274.89	-

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Caixa	281.35	61.13
Depósitos à ordem	1,829,090.43	674,820.03
Depósitos a prazo (*)	7,500,000.00	4,000,000.00
	9,329,371.78	4,674,881.16

(*) Detalhe da conta Depósitos a Prazo em 31 de Dezembro de 2013:

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Valor	Subscrição e Vencimento	Taxa de Juro
IGCP - CEDIC	2,000,000.00 €	Subscrição em 08.08.2013 e vencimento em 07.02.2014	0.567%
IGCP - CEDIC	500,000.00 €	Subscrição em 10.12.2013 e vencimento em 10.01.2014	0.263%
IGCP - CEDIC	1,000,000.00 €	Subscrição em 10.12.2013 e vencimento em 10.03.2013	0.427%
IGCP - CEDIC	4,000,000.00 €	Subscrição em 10.12.2013 e vencimento em 10.06.2013	0.574%

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da empresa encontra-se totalmente subscrito, embora não totalmente realizado.

É composto por 22.500 ações com o valor nominal de 1.000 Euros cada.

Nesta data encontra-se realizado 15.600.387,00 €.

No exercício ocorreu a realização de capital no valor de 394.434,00€ decomposto da seguinte forma:

- Camara Municipal de Tavira realizou 325.684,00€ em 22.08.2013
- Camara Municipal de Olhão realizou 68.750,00€ em 19.12.2013

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

	% Capital	Valor
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público	63%	14,175,000.00

12. Outras variações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	- 263.96	- 263.96
Subsídios ao Investimento	14,696,199.91	10,297,221.00
	14,695,935.95	10,296,957.04

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente (gerais)	21,863.85	19,590.11
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	21,863.85	19,590.11

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2013 apresentava-se como segue:

Entre 0 – 30 dias:	18.058,94 Euros
Entre 31 – 60 dias:	3.804,91 Euros



SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013



14. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2013 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-13
Medida de Estimulo IEPF 2013	1,240.43
	1,240.43

Esta medida diz respeito ao incentivo à contratação da trabalhadora Sofia Cabanita.

15. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos incorridos no exercício que foram capitalizados para imputação posterior aos diferentes projetos, de acordo com os pressupostos que vierem a ser aplicados.

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Serviços especializados	107,993.15	123,049.65
Materiais	4,058.74	3,182.32
Energia e fluídos	1,744.00	2,255.42
Deslocações, estadas e transportes	14.42	6.02
Serviços diversos, dos quais:	16,401.18	15,872.95
- Comunicação	7,185.14	8,997.37
- Rendas e Alugueres	4,911.23	3,687.01
- Outros	4,304.81	3,188.57
	130,211.49	144,366.36

17. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos sociais	18,606.00	36,040.08
Remunerações do pessoal	17,072.80	23,133.74
Encargos sobre remunerações	3,895.61	5,236.62
Seguros	361.32	324.05
Outros gastos com pessoal	-	485.49
	39,935.73	65,219.98

O número médio de empregados da empresa no exercício de 2012 foi de 2 e no exercício de 2013, de 2,5.

Conforme deliberação da Administração, os custos com o pessoal diretamente afetos ao desenvolvimento dos projetos, são imputados aos respetivos projetos.

18. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Handwritten signature and initials

	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos suplementares	40,698.65	47,358.00
Outros rendimentos e ganhos	338.96	50.00
	41,037.61	47,408.00

A rubrica rendimentos suplementares diz respeito maioritariamente à venda de cadernos de encargos e ao débito de encargos com vigilância e segurança, no âmbito do “Protocolo para o estabelecimento das bases de cooperação financeira para a prestação de serviços de segurança e vigilância humana” celebrado com as entidades Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. e Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

19. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Impostos	2.00	385.44
Outros gastos e perdas	480.07	171.13
	482.07	556.57

20. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	2,747.10	-	2,747.10	4,244.85	-	4,244.85
	2,747.10	-	2,747.10	4,244.85	-	4,244.85

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	18,765.51	48,893.99
	18,765.51	48,893.99
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	50.00	119.68
	50.00	119.68
Resultados financeiros	18,715.51	48,774.31

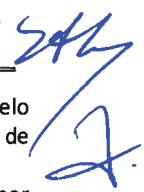
22. Eventos subsequentes

Em 31 de Dezembro de 2013 existem processos judiciais contra a empresa (apresentados abaixo).
É convicção da Administração que os processos judiciais não têm qualquer fundamento, não se esperando a existência de encargos relevantes relativos aos mesmos.



SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013



A Ação Administrativa especial Nº. 3/12.2.BELLE que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, foi interposta pelo consórcio M. Couto Alves, S. A. e Delta 9, que respeita ao contrato de "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira".

O pedido consiste na impugnação da deliberação da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa que impôs multas contratuais por inobservância dos prazos de execução da obra e na reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

O valor proposto da ação é 5.465.908,62 €.

Foi realizada audiência preliminar, aguardando-se a marcação da audiência de julgamento.

A Ação judicial – Proc Nº. 1487/12.4 TBFAR decorre no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Faro. Trata-se de uma Ação de Processo Ordinário interposta à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa e Outros (IPTM, I.P., Lusitânia – Companhia de Seguros S. A. e M. Couto Alves, S. A.) pela Sra. Maria Manuela Gomes dos Santos Baptista.

A ação visa, essencialmente, o pagamento de uma indemnização à autora pelos danos não patrimoniais e patrimoniais por ela sofridos, bem como os custos que venha a suportar por intervenção cirúrgica e tratamentos futuros emergentes do acidente de que foi vítima por queda na ponte-cais da Ilha do Farol onde decorriam os trabalhos no âmbito da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação da Ponte Cais de Acesso às Ilhas Barreira".

O valor proposto da ação é 244.432,29 €, tendo a sociedade PLRF sido absolvida por sentença transitada em julgado em 09.09.2013.

A Ação Administrativa - Processo Nº. 546/13.0BELLE que decorreu no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, foi interposta pelo Sr. Humberto Felix Teixeira da Conceição. Trata-se de um processo de intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões, no qual o Autor peticiona a intimação da Polis Litoral Ria Formosa a dar satisfação ao pedido que havia solicitado no requerimento de 26 de Junho de 2013 no qual pretendia que lhe fosse emitida "certidão da planta da faixa de proteção da Ilha do Farol de Santa Maria com marcação da linha máxima de preia-mar e águas vivas equinociais e respetiva faixa de proteção".

O valor proposto da ação é de 5.000,00€.

Em 09.09.2013 foi proferida a Sentença que declarou a extinção da instância por inutilidade superveniente da lide.

A Ação Administrativa Proc. 188/12.8 BELLE que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, foi interposta pela Sr.ª Maria da Encarnação Guerreiro Pinguinha Dionisio. Trata-se de um processo de "destruição da embarcação Sousinha propriedade da Autora que se encontrava amarrada ao cais da margem esquerda do Rio Gilão, debaixo da ponte dos descobrimentos".

O valor proposto é de 160.000,00€.

Em 25 de Maio de 2012 foi proferida Sentença tendo absolvido a Sociedade PLRF da instância. Não, concordando com esta decisão a Autora interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul em 3 de Julho de 2012. Em 26 de Setembro de 2013 foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que revogou a decisão do TAF de Loulé e mandou baixar os autos ao mesmo Tribunal a fim de que a autora concretize o seu direito de propriedade da embarcação.

Em 16 de Outubro de 2013 a Autora apresentou articulado no sentido de concretizar o seu direito de propriedade.

Aguarda a marcação de julgamento.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

23. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº. 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2013 a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº. de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do nº.2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas,



O Conselho de Administração,



W

STZ
/ 7

IV.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de Balanço de 32.170.953 euros e um total de Capital próprio de 30.296.323 euros, incluindo um Resultado líquido nulo (zero euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no Capital próprio, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas 2 e 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adoptado face ao objecto da entidade e à especificidade das suas operações.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as Demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 2 e 3 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de gestão é concordante com as Demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 euros encontrando-se realizado em 15.600.387 euros. A despesa total realizada, abrange cerca de 29% do total previsto para toda a intervenção, estando prevista a dissolução da Sociedade em 31 de dezembro de 2014.

9.2. Considerando a natureza não lucrativa da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, a sua actividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico a este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.

9.3. Conforme melhor descrito na nota 22 do Anexo existem dois processos judiciais em curso contra a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, nos quais se requer o pagamento de indemnizações no montante de 5.626.000 euros, que segundo a Administração não têm qualquer fundamento.

9.4. Ao que apurámos, as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2012, não foram ainda objeto de apreciação em assembleia geral de acionistas.

Faro, 09 de abril de 2014



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

u
S. A.
Z.

V.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2013, a atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa—Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do trabalho efetuado, tanto quanto é do nosso conhecimento, não foram detetadas situações de incumprimento das orientações legais em vigor para o sector empresarial do Estado, em especial as relativas a reduções remuneratórias previstas na Lei n.º55-A/2010 e na Lei n.º64-A/2011.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 09 de abril de 2014

O FISCAL ÚNICO



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da
**Sociedade Polis Litoral Ria Formosa—Sociedade para a Requalificação e
Valorização da Ria Formosa, SA**

INTRODUÇÃO

1. No contexto das nossas funções de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, designada no presente relatório pela forma abreviada de Polis Litoral Ria Formosa ou simplesmente por Empresa, procedemos nesta fase, à revisão geral da informação contabilística e financeira do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2013.
2. No âmbito da estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal de Contas do exercício de 2013, procedemos ao trabalho intercalar e à preparação dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações (circularização).
3. O trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, enquadrando-se na estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal das Contas do exercício de 2013.

ÂMBITO DOS TRABALHOS

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - 4.1. Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 4.2. Apreciação da consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. No âmbito do trabalho desenvolvido, identificámos a seguinte situação para a qual chamamos a Vossa atenção:
- 5.1. Foi prevista a realização do capital da sociedade no montante total de 22.500.000 euros em várias tranches, verificando-se um atraso significativo na realização de parte dessas entradas, pelo que estão ainda por realizar 6.899.613 euros.
- 5.2. Considerando a actividade específica da Sociedade, e de não existir no normativo contabilístico um referencial específico para este tipo de sociedades, foi considerada adequada a capitalização nos investimentos realizados, dos gastos com pessoal diretamente afetos à execução e desenvolvimento dos projectos, conforme descrito na nota 17 do Anexo.
- 5.3. Tendo em consideração os recentes aumentos aprovados de taxas de comparticipação de alguns projetos financiados, recomendamos que sejam analisados em 2014 os valores registados na rubrica de Outras variações no capital próprio.

NOTA FINAL

Ao finalizarmos esta fase do nosso trabalho não queremos deixar de agradecer a cooperação e os esclarecimentos prontamente prestados pelos colaboradores das Entidades com quem contactámos no decorrer do nosso trabalho.

Encontramo-nos ao vosso dispor para o eventual esclarecimento de qualquer dos assuntos mencionados no presente relatório.

Com os nossos melhores cumprimentos

De V. Exas.
Atentamente,

Faro, 09 de abril de 2014



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

Relatório do Órgão de Fiscalização sobre as Práticas de Governo Societário

Exercício de 2013

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, abreviadamente designada por Polis Litoral Ria Formosa, foi criada pelo Decreto-Lei nº 92/2008, de 3 de junho, com capitais exclusivamente públicos. A sociedade constitui-se a com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Na sequência da constituição da Sociedade, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em articulação com os Municípios territorialmente abrangidos e com o apoio técnico da empresa Parque EXPO 98, SA.

A Sociedade iniciou, para efeitos fiscais a sua actividade em 14 de agosto de 2008, tendo ocorrido em 7 de julho de 2008, a 1ª Assembleia Geral, onde por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o accionista Estado, aprovou, nos termos estatutários, a nomeação do Conselho de Administração, por período de três anos, sendo o respectivo mandato renovável por iguais períodos. Na sequência das alterações introduzidas no decurso das reuniões da Assembleia Geral, de 3 de dezembro de 2010 e de 28 de dezembro de 2012, e por Deliberação Social Unânime por Escrito de 24 de outubro e 30 de dezembro de 2013, a composição do Conselho de Administração durante o exercício de 2013, foi a seguinte:

Presidente: Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira (após 24 de outubro de 2013)

Presidente: Manuel Augusto Ruano Lacerda (até 24 de outubro de 2013)

Vogal (1): João Manuel da Silva Alves

Vogal (2): Vitor Manuel Gonçalves Aleixo (após 30 de dezembro de 2013)

Vogal (2): Sebastião Francisco Seruca Emídio (até 30 de Dezembro de 2013)

No âmbito das nossas funções acompanhamos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a gestão e actividade da empresa, através de reuniões, da consulta de actas, da análise de diversa documentação e de um conjunto de acções com vista à verificação da sua situação financeira e patrimonial. Procedemos igualmente à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas elaborámos o Relatório e Parecer, bem como a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.



Quanto à atividade desenvolvida, a expressão da mesma foi conseguida dentro do quadro económico em que o ano de 2013 esteve sujeito, tendo sido emitido, em 23 de janeiro de 2014 parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2014.

Quanto aos Documentos de Prestação de Contas de 2013 apresentados pelo Conselho de Administração, encontram-se os mesmos elaborados de acordo com os registos contabilísticos e respetivas disposições legais aplicáveis, e permitem efetuar com adequada razoabilidade a apreciação da situação económico-financeira da empresa.

O Relatório de Gestão apresentado afigura-se conforme as contas do exercício e refere, em termos gerais os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida, destacando a evolução verificada na generalidade das áreas de atuação. O Relatório de Gestão refere-se também à atuação do Conselho de Administração quanto aos “Princípios de Bom Governo”, à “Gestão do Risco Financeiro e à Redução do Prazo de Pagamento”, ao “Código de Ética e Conflito de Interesses”, bem como ao cumprimento das “Orientações Específicas e Objetivos de Gestão”.

Constata-se que, em termos gerais, o Órgão de Gestão deu cumprimento às recomendações relativas às “Práticas de bom governo”, previstas no Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Ao nível da prossecução dos objetivos estratégicos, gerais e específicos, foi feita referência aos aspetos legalmente solicitados e pertinentes em termos de gestão. A RCM n. 34/2008, de 22 de Fevereiro, definiu metas relativas ao prazo médio de pagamentos, tendo a empresa desenvolvido esforços no sentido de dar cumprimento aquelas orientações.

Neste quadro de atuação, tendo por referência as análises e verificações efetuadas, a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, constata-se a atuação coletiva e homogênea do mesmo, no âmbito das suas competências legais e estatutárias, pelo que a avaliação individual de cada membro é subsumível na avaliação global de atuação do Órgão de Gestão.

Nestes termos, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, afigura-se legítimo concluir que o Conselho de Administração (e cada um dos seus membros) procurou desempenhar as suas funções legais e estatutárias orientadas pelos interesses da empresa, com objetivos definidos com a Tutela através do ano plurianual, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção, tendo o Conselho de Administração efetuado um esforço de reporte de toda a informação pertinente de forma tempestiva.

Faro, 9 de Abril de 2014

O FISCAL ÚNICO



**Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024), em
representação de DFK & Associados, SROC, Lda.**

